

## Considerações finais

Sergio Schneider

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCHNEIDER, S. Considerações finais. In: *A pluriatividade na agricultura familiar* [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, pp. 227-235. ISBN 978-85-386-0389-4. Available from doi: [10.7476/9788538603894](https://doi.org/10.7476/9788538603894). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Considerações finais

A idéia transversal que orienta este livro pode ser descrita como uma tentativa de demonstrar que os processos de transformação das formas de ocupação da força de trabalho, atualmente em curso no meio rural, estão trazendo consigo uma complexidade de alterações sociais, culturais e identitárias que vão muito além das mudanças perceptíveis na performance dos mercados de trabalho. Procurou-se demonstrar que essas alterações vêm contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, tanto como uma categoria sócio-política como econômico-produtiva. Mas, ao mesmo tempo, também se percebeu que tais transformações implicam em modificações nas formas de funcionamento das unidades familiares, levando ao aparecimento de novas estratégias individuais e coletivas que objetivam garantir a reprodução do grupo enquanto uma família.

Assim, este livro pretende contribuir com as reflexões sobre os temas agrários e a ruralidade brasileira sob o ângulo das formas de ocupação da força de trabalho familiar no meio rural. Procurou-se aportar uma contribuição às discussões recentes sobre as transformações no mercado de trabalho rural, especialmente no que se refere ao crescimento das ocupações não-agrícolas e à diminuição do número de ativos ocupados na atividade agrícolas, *vis-à-vis* a emergência da pluriatividade. No Brasil, a partir de meados da década de 1990, o estudo das atividades não-agrícolas passou a receber um grande estímulo através do Projeto Rurbano. Segundo dados apurados no âmbito deste projeto, no período de 1981 a 1999 a população rural brasileira de mais de 10 anos de idade não decresceu significativamente, sendo que no período 1992-1999 registrou-se inclusive um pequeno aumento de 0,9% a.a. Esse comportamento revela um fato novo, pois, desde a década de 1960, os indicadores da dinâmica demográfica da população rural brasileira apontavam, invariavelmente, para sua redução década após década. Os dados do IBGE (apurados pelas PNADs) mostram que desde a década de 1980 a PEA rural brasileira que estava ocupada era composta por cerca de 14 milhões de pessoas, sendo que entre 1992 e 1999 houve um pequeno aumento absoluto, passando de 14,6 para 14,8 milhões de pessoas.

Por causa dessas alterações demográficas e ocupacionais, alguns estudiosos passaram a olhar com mais cuidado para o espaço rural. Logo perceberam que a relativa estabilização da população ocupada não significava que a agricultura estivesse revertendo uma tendência histórica e conseguindo reter as pessoas nos espaços rurais através da ampliação dos empregos diretos no setor agrícola. Ao contrário, quando os analistas começaram a estudar o perfil da PEA rural brasileira segundo os setores de atividades em que as pessoas estavam ocupadas (agrícola ou não-agrícola), perceberam claramente que os ativos ocupados na produção agrícola *strictu sensu* continuavam se reduzindo expressivamente, sobretudo na década de 1990, que registrou uma diminuição de 1,7% a.a. (passando de 11,1, em 1992, para 10,2 milhões, em 1999) de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. Mas os estudos recentes também demonstraram que a explicação para o fenômeno da estabilização da PEA rural ocupada, nas décadas recentes, está no comportamento das pessoas com domicílio rural ocupadas em atividades não-agrícolas, que aumentaram de 3,06 milhão de pessoas em 1981 para 3,49 em 1992, chegando a 4,62 milhões em 1999. O que representa um aumento de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho nas duas décadas.

Em razão dessas transformações estruturais, é cada vez mais aceito entre os estudiosos do mundo rural brasileiro que está em marcha um processo de diferenciação entre a agricultura e o espaço rural. Isto se deve ao fato de que, especialmente a partir da década de 1990, vem-se assistindo no Brasil a um crescimento significativo de pessoas em idade ativa que residem nas áreas rurais mas estão ocupadas em atividades não-agrícolas. Esse fenômeno reforça um clássico argumento dos cientistas sociais que afirmam que além da função de produção de alimentos e matérias-primas o espaço rural também se constitui em um lugar de moradia, de lazer, de identidade cultural, de relação com a natureza, etc.; enfim, um espaço multifuncional.

Contudo, esse crescimento das atividades não-agrícolas não deve ser, imediatamente, associado ao aparecimento da pluriatividade nas famílias rurais. Nesse sentido, procurou-se demonstrar que o crescimento das atividades não-agrícolas no Brasil está relacionado com as alterações nos mercados de trabalho rurais, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho. A pluriatividade, por sua vez, refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Embora não exclusivamente, a pluriatividade é um fenômeno que pode ser observado com maior intensidade entre os agricultores familiares, especialmente naquelas regiões onde essa forma social possui uma história de ocupação do espaço e do território. Por isso, justifica-se e enfatiza-se a necessidade de se estu-

dar a pluriatividade na perspectiva da agricultura familiar. Isso implica analisar sociologicamente como se dá a articulação entre o contexto social e econômico e as decisões dos indivíduos pertencentes a um grupo familiar. Implica descobrir por que razão algumas famílias que são proprietárias de um pequeno pedaço de terra e trabalham na produção agropecuária, ligadas entre si por laços de parentesco e de consangüinidade, passam a estimular os seus membros a buscar empregos e ocupações não-agrícolas, oferecidas por setores como a indústria da transformação, da construção e a prestação de serviços de toda ordem.

Assim, pode-se afirmar que a emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. Ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas. Desse modo, a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não-agrícolas. Por isso, insiste-se que não se deve confundir o estudo das atividades não-agrícolas com a análise da pluriatividade, pois esta decorre das decisões e das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho.

É por essa razão que se acredita que os estudos recentes realizados no Brasil sobre as atividades não-agrícolas acabam associando equivocadamente as alterações que estão ocorrendo nos mercados de trabalho com os processos microssociais que transcorrem a partir das decisões e estratégias dos indivíduos e suas famílias. É preciso considerar que a ampliação das atividades não-agrícolas que está ocorrendo com virtuosidade nos espaços rurais brasileiros pode não implicar um aumento proporcional de famílias pluriativas. Mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas em um determinado contexto social e econômico, é preciso notar que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias e dos indivíduos que as compõem. Ao não considerar esse aspecto fundamental, muitos analistas acabam afirmando que a pluriatividade é uma característica transitória e efêmera com tendência ao desaparecimento. Os resultados dos estudos de caso apresentados neste livro contradizem essa interpretação, pois demonstram que numa mesma comunidade rural podem ser encontradas famílias pluriativas e não-pluriativas e que tal situação se explica não apenas pelo acesso às ocupações não-agrícolas de uns em detrimento de outros, mas pelas iniciativas, necessidades e decisões que são tomadas pelos indivíduos que as compõem.

Alguns trabalhos recentes procuraram demonstrar que as atividades não-agrícolas estariam se desenvolvendo no Brasil como uma espécie de “empregos de refúgio”, dada a situação de crise enfrentada pelo setor agrícola no período recente (sobretudo devido ao desemprego crescente e a queda nas rendas agrícolas). O argumento central que apresentam é o de que o incremento significativo das pessoas domiciliadas em áreas rurais e ocupadas em atividades não-agrícolas estaria relacionado à própria dinâmica da agricultura em uma economia capitalista. A busca de empregos não-agrícolas, sobretudo naquelas regiões onde há possibilidade de inserção em outros setores como os serviços, o comércio e a indústria da transformação, seria uma alternativa para as pessoas que residem no espaço rural e não puderam acompanhar o progresso técnico na agricultura, patrocinado pela modernização iniciada na década de 1970. Nesse sentido, a pluriatividade deveria ser entendida como uma estratégia de sobrevivência de famílias agrícolas mais pobres que têm perdas substanciais de sua renda em função da queda dos preços das principais *commodities*.

Um outro argumento, que chega as mesmas conclusões embora parta de uma premissa teórica distinta, apoia-se na idéia de que o recurso dos agricultores às atividades não-agrícolas, em geral, decorre da elevação do custo de oportunidade de trabalho e dos efeitos colaterais da própria modernização agrícola, que geraria serviços a montante e a jusante das atividades estritamente agrícolas. Segundo essa perspectiva, o crescimento recente das ocupações não-agrícolas e da pluriatividade das famílias rurais deve ser entendido como uma conseqüência desse processo, já que na década de 1970, devido às características excludentes da modernização técnico-produtiva da agricultura, isso não foi possível. Assim, o crescimento atual das atividades não-agrícolas representaria uma mera chance de sobrevivência, em geral, precária para produtores sem acesso à tecnologia, com terra insuficiente e crédito escasso. Uma vez reduzidos estes riscos e precariedades, os agricultores que conseguissem consolidar seus sistemas produtivos tenderiam a abandonar, progressivamente, as atividades rurais não-agrícolas e a pluriatividade e voltar-se apenas para a produção agropecuária.

No essencial, essas duas proposições diferem em relação aos aspectos normativos (notadamente, quais políticas públicas deveriam ser implementadas para estimular, para um, ou para reduzir, para outro, a presença das atividades não-agrícolas na estrutura agrária brasileira), derivados do diagnóstico acerca do significado e da natureza das atividades não-agrícolas no Brasil. Sem entrar na discussão dos encaminhamentos propostos por cada perspectiva cabe, contudo, ressaltar que o problema desse tipo de interpretação parece estar na própria compreensão da essência do fenômeno da pluriatividade das famílias rurais. O equívoco consiste em considerar que os agricultores, especialmente

os familiares, somente recorrem às atividades não-agrícolas devido à precariedade de sua condição social e econômica ou como uma forma de garantir sua sobrevivência. Ou seja, a explicação para a existência da pluriatividade decorre, essencialmente, dos condicionantes macroeconômicos que influenciam e determinam o desenvolvimento capitalista na agricultura. Em nenhum momento confere-se importância, como fator causal, a outros aspectos como a descentralização industrial, a flexibilização dos mercados de trabalho e as novas formas de organização da produção e do consumo. Mais do que isso, não reconhecem a capacidade de interação das próprias famílias e dos indivíduos com as estruturas sociais e as instituições econômicas em que estão inseridos. Os agricultores familiares não são reconhecidos como agentes capazes de prover-se de estratégias e colocar em movimento mecanismos e ações que vão desde a opção por empregos que oferecem melhores rendimentos até ocupações que sejam menos penosas ou que indiquem a segurança de uma aposentadoria segura no futuro.

Em oposição a essas perspectivas, procurou-se demonstrar neste livro como a pluriatividade traduz-se em iniciativas diferenciadas as quais recorrem as famílias de agricultores em diferentes momentos do seu ciclo demográfico. Buscou-se mostrar que a emergência da pluriatividade está fortemente relacionada à dinâmica das economias locais, particularmente das características do mercado de trabalho de atividades não-agrícolas existente em determinado território. Insistiu-se no argumento de que o essencial a ser compreendido é modo como se dá o processo de articulação entre as distintas estratégias adotadas pelas famílias rurais e a dinâmica dos mercados e do contexto social e econômico em que esse processo transcorre. Assim, procurou-se apresentar uma interpretação da pluriatividade, situando-a como uma estratégia deliberada de indivíduos e famílias que buscam viabilizar formas de garantir sua reprodução social. Desse modo, espera-se ter contribuído para demonstrar que uma descrição das alterações recentes que ocorrem nos mercados de trabalho rurais, com destaque para o notável crescimento das atividades não-agrícolas, não é suficiente para se entender os complexos e diferenciados mecanismos que levam uma família a tornar-se pluriativa e como esta condição interfere e conduz à sua viabilidade econômica e produtiva e encaminha a sua reprodução social.

Para chegar a essa compreensão dos fenômenos e processos sociais analisados foi necessário um lento e persistente amadurecimento teórico e analítico. O itinerário percorrido lembra os desafios de alguém que, embora conheça o caminho de sua casa, saiba localizar sua residência e o portão de entrada, não consegue ingressar no interior de sua moradia porque lhe falta a chave da porta principal, que lhe facultaria acesso ao ambiente onde tudo é familiar e seguro. Durante o longo período procurou-se por esta “cha-

ve”, que permitisse a análise, sólida e fundamentada, da pluriatividade e suas relações com a agricultura familiar.

Talvez, possa-se considerar que a chave interpretativa esteja em compreender que a pluriatividade não se constitui em fenômeno que decorre, exclusivamente, dos efeitos macroeconômicos do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura ou de alguma característica intrínseca das diferentes categorias sociais existentes no meio rural como, por exemplo, o tamanho de área de terra disponível ou o grau de absorção do progresso técnico. Pelo contrário, a pluriatividade constituiu-se como uma característica social formativa e permanente da estrutura agrária de determinadas regiões agrárias, afetando os mais diversos tipos de unidades produtivas, sejam elas modernizadas ou não, grandes ou pequenas. Mas ela depende, fundamentalmente, do modo como cada família interage com o ambiente social e econômico em que se encontra inserida.

Essa percepção conduziu à idéia de que era necessário concentrar o foco de análise não mais na pluriatividade *per se* ou na emergência das ocupações e rendas não-agrícolas de modo genérico, mas estudar as relações da pluriatividade com a agricultura familiar. Nesse sentido, buscou-se indicar que as análises sobre a pluriatividade devem ser deslocadas do estudo da dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas do mercado de trabalho rural para a reflexão sociológica sobre as formas familiares de organização social e econômica. Deve-se observar com particular atenção como as famílias operam e assimilam a combinação de múltiplas ocupações produtivas por parte dos membros que a integram e de que modo essas decisões e iniciativas individuais e coletivas afetam e/ou são influenciadas pelos ambientes rurais onde se verifica a emergência das atividades não-agrícolas.

A partir dessa perspectiva analítica, tornou-se possível retomar uma hipótese desenvolvida em trabalhos anteriores; qual seja, a de que os agricultores familiares podem estabelecer variadas estratégias para garantir sua reprodução social, econômica e cultural que não passam, necessariamente, pela modernização técnico-produtiva de seus sistemas agrícolas e estabelecimentos rurais. Isto é o que ocorre nas regiões da Colônia Velha alemã, no Rio Grande do Sul, e o Vale do Itajaí, em Santa Catarina, onde observou-se um processo de articulação da agricultura familiar com o processo de industrialização difusa, patrocinado pela indústria coureiro-calçadista e têxtil, respectivamente. Essa constatação conduziu a uma interpretação de maior alcance teórico, que indica que a integração dos indivíduos à divisão social do trabalho não caminha em sentido único e, tampouco, é resultante exclusiva das relações econômico-produtivas que se estabelecem em determinada situação.

Essa verificação permitiu estudar e reavaliar o itinerário que o debate acadêmico brasileiro sobre a agricultura familiar seguiu nas décadas recentes. Percebeu-se que no Brasil as pesquisas sobre esse tema são ainda embrionárias, especialmente no que se refere ao arcabouço analítico preferencial utilizado pelos pesquisadores. No primeiro capítulo do livro analisou-se esse percurso a partir da ótica da sociologia dos estudos rurais e verificou-se que, até a primeira metade da década 1990, não só o debate acadêmico sobre a agricultura familiar estava ausente no caso brasileiro como o próprio reconhecimento social dessa categoria por parte das instituições, dos agentes sociais e das organizações políticas era virtualmente inexistente.

Do ponto de vista da instrumentalização teórica para estudar a pluriatividade e suas relações com as formas familiares faltava, portanto, localizar um enfoque capaz de resgatar os elementos relevantes do debate. O segundo capítulo, em seu conjunto, reflete essa tentativa, pois nele são resgatadas as contribuições de um inspirado conjunto de autores, que vem reconstruindo, de forma inovadora, a interpretação sobre o desenvolvimento agrário nas sociedades contemporâneas e, em especial, o lugar social da agricultura familiar e das novas formas de trabalho e ocupação. Esses autores propuseram que o estudo da pluriatividade deveria envolver, simultaneamente, uma análise do contexto social e econômico em que se situam os agricultores que as praticam e as motivações familiares e individuais que os inspiram. No geral, concordam que a pluriatividade pode se constituir, ao mesmo tempo, como uma estratégia de reprodução familiar e funcionar como um mecanismo de inserção dos indivíduos na divisão social do trabalho. Assim, ao admitir que a pluriatividade constitui-se em fenômeno que possibilita determinações múltiplas e variáveis, de acordo com as situações concretas e os contextos, as contribuições recolhidas desses autores forneceram importantes pistas de investigação e operacionalização de categorias analíticas.

Além do resgate dessas contribuições, no segundo capítulo também é sugerida a retomada de algumas idéias e noções do modelo proposto por Chayanov, mormente sua indicação de que, no interior das famílias rurais, ocorre um processo de diferenciação que se orienta pelo ciclo demográfico dos membros e, também, de que a família constitui-se em uma unidade que gerencia e conduz os interesses dos indivíduos que a ela pertencem. A partir desse resgate parcial das categorias chayanovianas, propôs-se que a família rural fosse utilizada como unidade de análise pertinente ao estudo da pluriatividade. A utilização da família rural como instrumento heurístico destinado à análise de situações concretas exigiu ainda que fosse estabelecida a separação entre unidade de produção e unidade doméstica, o que permitiu captar as diferenças entre as dinâmicas de funcionamento das unidades familiares pluriativas e de



agricultores, especialmente no que se refere às formas de alocação de tempo de trabalho entre as atividades agrícolas e não-agrícolas e igualmente com relação à utilização das rendas. Assim, mesmo que apoiando, em um primeiro momento, a interpretação chayanoviana, espera-se ter demonstrado a necessidade de superar sua concepção original no que concerne à indivisibilidade entre trabalho e produção presente nas unidades familiares pois, de fato, esta é uma característica cada vez menos identificável entre os agricultores familiares largamente inseridos nos circuitos mercantilizados, quer seja através das formas de produção ou das formas de alocação da força de trabalho familiar.

Em uma apreciação geral, pode-se dizer que a discussão teórica apresentada nos dois capítulos iniciais não responde apenas às necessidades específicas para a interpretação do fenômeno da pluriatividade. Na verdade, devido às escassas análises e discussões sobre a pluriatividade, produzidas até o presente no Brasil, pretendeu-se com este esforço de análise da literatura internacional contribuir para legitimar academicamente esse objeto de estudo e, em sentido mais amplo, colaborar para que os temas rurais e agrários retomem seu espaço no âmbito das Ciências Sociais brasileiras, especialmente no que se refere à Sociologia.

Foi seguindo esse raciocínio que, nos capítulos três e quatro, pretendeu-se demonstrar, através de várias fontes de informação, que a queda do emprego agrícola no meio rural ocorre em quase todos os países, embora essa redução seja praticamente compensada pelo crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas no meio rural, com destaque para as atividades de prestação de serviços. Ao contrário do que se poderia inicialmente supor, a ampliação das ocupações não-agrícolas no espaço rural não é um fenômeno exclusivo dos países ricos e desenvolvidos, pois a análise dos dados apresentados permitiu mostrar que esta é uma situação corrente em quase todos os países da América Latina, do Brasil e da região meridional de nosso País. Entre as razões apontadas para o crescimento das atividades não-agrícolas, no caso brasileiro, destacou-se o processo de diferenciação do mercado de trabalho rural, a queda das rendas das atividades agrícolas e os crescentes avanços tecnológicos, em geral poupadores de mão-de-obra.

A partir da construção desse quadro de referência e de evidências empíricas mais abrangentes, foram investigados dois casos de menor abrangência social, as comunidades de Padre Eterno Ilges, no Rio Grande do Sul, e Braço do Sul, em Santa Catarina. No capítulo quatro demonstrou-se que no Rio Grande do Sul a pluriatividade constitui-se em fenômeno mais recente, pois foi a partir do processo de descentralização da indústria coureiro-calçadista, iniciado na década de 1980, que as famílias dos colonos passaram a combinar as atividades agrícolas e não-agrícolas, incrementando a pluriatividade na região da Colônia Velha alemã. Atualmente, essas diferen-

tes formas de inserção dos membros das famílias rurais ocorre em vários setores econômicos. No caso de Santa Catarina, a combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas por parte das famílias rurais é fenômeno bem mais antigo, pois a indústria têxtil, que absorve a maior parte dessa mão-de-obra que mora nas propriedades rurais e trabalha nas fábricas de tecidos e roupas, surgiu na região do Vale do Itajaí ainda na primeira metade do século XX.

Finalmente, no último capítulo colocaram-se em evidência alguns resultados obtidos através de uma pesquisa de campo realizada em 1998 em duas pequenas comunidades rurais das regiões antes mencionadas. A partir do uso da técnica da análise comparada, pôde-se realizar o cotejo entre famílias de agricultores e famílias pluriativas, evidenciando aspectos que distinguem uma unidade da outra em cada uma das comunidades pesquisadas nos dois Estados. Os resultados dessa análise comparativa demonstram que as famílias pluriativas são, no geral, formadas por um número maior de membros com idades inferiores às famílias de agricultores. Em relação à forma de acesso à terra, ao tamanho de área de terra disponível e ao tipo de cultivos praticados, as famílias pluriativas e as famílias de agricultores não se diferenciam. O mesmo já não ocorre em relação à variável monetária, pois as entradas de dinheiro das famílias pluriativas chegam a ser o dobro das famílias de agricultores, cuja principal fonte de renda monetária (84%) são as aposentadorias rurais. Contudo, o aspecto mais importante desses resultados a ser salientado e que subcreve a idéia central deste livro, é o fato de que as famílias que são pluriativas (que, portanto, combinam ocupações em atividades agrícolas e não-agrícolas) continuam a operar em sua lógica familiar de reprodução social, pois os membros que buscam trabalhos não-agrícolas continuam a residir no domicílio dos pais, contribuem nas tarefas da propriedade e, não raramente, aportam recursos financeiros para as despesas do estabelecimento agropecuário.

A análise da pluriatividade e da agricultura familiar aqui empreendida não pretende ser conclusiva. Ao contrário, acredita-se que a chave explicativa aqui proposta poderá colaborar para abrir caminhos e lançar novos desafios interpretativos. O estudo da pluriatividade na perspectiva da agricultura familiar é apenas uma das trilhas a serem seguidas pelos estudiosos da ruralidade contemporânea no Brasil, que ainda oferece ilimitados desafios e múltiplas dimensões a serem exploradas.